



TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's) COMO FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

ISTOE, Rosalee Santos Crespo

Professora do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem-UENF
rosaleeistoe@gmail.com

SOARES, Márcia Regina Pacheco

Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem-UENF
mpachecosoares@gmail.com

GOMES, Denise da Silva

Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem-UENF
denizzz_gomes@yahoo.com.br

62

RESUMO

Diante do novo perfil populacional brasileiro, de transformações sociais e de inovações tecnológicas, demandas específicas nos processos educacionais de pessoas envelhecidas são necessárias para que permaneçam como agentes atuantes na sociedade. A partir dos pressupostos que conferem relevância à educação na inclusão social e para a longevidade com qualidade de vida, visamos discutir a relevância da utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no processo de ensino aprendizagem na alfabetização de idosos. Este trabalho, de natureza qualitativa, foi embasado em referenciais teóricos e observações dos participantes do Projeto Terceiro Idade em Ação desenvolvido pela UENF, despontando para a importância de formular propostas educativas incluindo as novas tecnologias digitais como ferramenta didático-pedagógica nos mecanismos de alfabetização e de inclusão da pessoa idosa na sociedade atual.

Palavras-chave: Idoso. Analfabetismo. Inclusão.

ABSTRACT

Before the new profile Brazilian population, social transformation and technological innovations, educational processes for specific demands of aged people are necessary to ensure that they remain as active agents in society. From the assumptions which give relevance to education on social inclusion and for longevity with quality of life, we aim to discuss the relevance of the use of new information and communication technologies (ICT 's) in the teaching process learning in literacy for seniors. This work, of qualitative nature, was grounded in theoretical references and comments from participants in the project Third Age in action developed by UENF, emerging to the importance of educational proposals including the new digital technologies as didactic-pedagogical tool in literacy and mechanisms of inclusion of elderly person in current society.

Keywords: Elderly. Illiteracy. Inclusion.



Considerações Iniciais

Novos paradigmas surgem na sociedade em função do envelhecimento populacional e das alterações na distribuição etária com significativo aumento da população idosa no Brasil. A longevidade com qualidade de vida, antes de tudo, pressupõe a superação de estigmas, preconceitos e a concepção de que o envelhecimento estaria associado ao declínio, à incapacidade e à morte. O paradigma da inclusão social ou não exclusão desta parcela populacional, nos remete a pensar em novas práticas pedagógicas que visem promover a interação e a valorização em diferentes formas de construção do conhecimento, eliminando barreiras, questionando os mecanismos de segregação e vislumbrando novos caminhos que possibilitem a permanência ativa da pessoa idosa na sociedade.

Ações educativas para este público pressupõe o desenvolvimento de ações estruturadas que atendam as especificidades do aluno idoso no processo educacional, enfatizando recursos que assegurem a aquisição de novas aprendizagens, do desenvolvimento cognitivo e de inclusão social. A educação nesta fase da vida já não apresenta o mesmo significado da juventude, nem tem a obrigatoriedade legal, mas representa a auto realização, a participação social, a autoconfiança e a autonomia.

Se considerarmos as faixas etárias, a população idosa apresenta a maior taxa de analfabetismo, o que conseqüentemente acarreta maior grau de dependência e exclusão social. Transpor barreiras impostas pelo analfabetismo pressupõe ações estratégicas flexíveis, produtoras de conhecimentos e que abranjam as mudanças oriundas das transformações sociais e tecnológicas.

Discutir e analisar a vinculação da utilização de tecnologias digital na alfabetização de pessoas idosas, visando ao mesmo tempo, possibilitar ou acelerar o seu processo de aprendizado e inclusão social, se faz relevante, visto a exclusão dual vivenciada pelo idoso analfabeto numa sociedade letrada e informatizada.

A introdução da informática como recurso pedagógico na alfabetização de idosos, diante da atualidade, pode se configurar como uma ferramenta de estímulo, motivação e de promoção de oportunidades para a pessoa idosa na sociedade atual.



Tais considerações, preliminares e embasadas em referenciais teóricos, surgiram da percepção do interesse de idosos analfabetos ou analfabetos funcionais, em participar de oficinas digitais oferecidas aos participantes do Projeto de Extensão Universitária “Terceira Idade em Ação”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e da inviabilidade de inserção destes no mundo digital e tecnológico, visto a falta de domínio do uso da leitura e da escrita, o que consequentemente promove uma dualidade de exclusão: a digital e a do letramento.

Outra constatação foi de que tais idosos sentem-se envergonhados em admitir o próprio analfabetismo o que dificulta o processo de ensino aprendizagem da alfabetização convencional.

Diante desses argumentos, este trabalho se apresenta como parte inicial de uma pesquisa de Mestrado que tem como objetivo principal investigar o impacto da utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's), como recurso didático-pedagógico na alfabetização de pessoas idosas, enfatizando os aspectos motivacionais, cognitivos e de inclusão.

O “agrisalhamento” da população

O processo de transição demográfica, relacionado com a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, tem provocado uma rápida variação na estrutura etária do Brasil e de todo o mundo. Esta tendência tem se caracterizado pela redução proporcional de crianças e jovens, associado ao aumento da população adulta e da substantiva elevação da população idosa. No Brasil, em relação à população idosa, a previsão, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2011), é que esse número triplique do ano de 2010 até 2050, passando de 21 milhões de idosos em 2010 para 63 milhões, correspondentes a 10% do total da população em 2010 para 29% em 2050. Revela ainda, que em 2025 o Brasil estará mundialmente colocado no sexto lugar em população idosa, com aproximadamente 32 milhões de pessoas com 60 ou mais anos de idade. A tendência de envelhecimento populacional fica ainda mais clara ao se observar que o grupo de idosos de 60 anos ou



mais de idade será maior que o grupo de crianças com até 14 anos de idade após 2030, e em 2055 a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos de idade (IBGE, 2013). Assim, para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), “Uma redução nas taxas de fertilidade e um aumento da longevidade irão assegurar o contínuo “agrisalhamento” da população mundial”. (OMS, 2005, p.8).

Sendo assim, o envelhecimento populacional e as alterações na distribuição etária, acarretam conseqüentemente demandas por políticas públicas específicas, além de servir como alerta para uma sociedade excludente e seletiva do necessário comprometimento com a inclusão das pessoas envelhecidas como agentes atuantes do contexto social. A OMS (2005) considera que qualquer que seja a idade definida dentro de contextos diferentes, é importante reconhecer que a idade cronológica não é um marcador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento. Existem variações significativas relacionadas ao estado de saúde, participação e níveis de independência entre pessoas idosas que possuem a mesma idade. Afirma que as autoridades precisam considerar essas variações ao formular políticas e programas para esta população. A longevidade com qualidade de vida, antes de tudo, pressupõe a superação de estigmas, preconceitos e a concepção de que o envelhecimento estaria associado ao declínio, à incapacidade e à morte. O idoso que compõe a sociedade atual está aberto a novos conhecimentos, é produtivo, ativo, autônomo, capaz de ocupar e ter seu espaço reconhecido pela sociedade.

Um novo conceito de envelhecimento e o analfabetismo

A partir das últimas décadas do século XX, o envelhecimento populacional, passou a chamar a atenção de cientistas e pesquisadores de todo mundo, corroborando com a produção científica sobre a velhice, onde estudos e pesquisas de diversas áreas, com abordagens a diferentes temas, passaram a contribuir significativamente na alteração dos conceitos referentes à velhice e suas representações sociais. Tais contribuições, de incontestáveis relevâncias, vêm fortalecendo a superação de estigmas



e preconceitos relativos às pessoas idosas e a inclusão do novo conceito de envelhecimento. Para Lima (2001, p. 51) “A partir do reconhecimento de que a velhice é algo além do envelhecimento fisiológico e psicológico de indivíduos, as práticas de intervenção puderam ser modificadas significativamente”.

Para a OMS (2005), um envelhecimento ativo baseia-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e auto realização; permitindo que essas pessoas percebam o seu potencial para o bem estar físico, social e mental ao longo do curso da vida; e afirma ainda que: “A palavra “ativo” refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho.” (OMS, 2005,p.13).

Partindo desta concepção de envelhecimento ativo, pressupõe-se que preservando o equilíbrio entre as suas potencialidades e limitações, a aquisição de novas aprendizagens se destaca como auxiliar na manutenção de um envelhecimento saudável quer seja nos aspectos físicos, psicológicos ou sociais, visto que, “o desenvolvimento das capacidades cognitivas ocorre durante toda a vida, inclusive na velhice, contrapondo-se à tradicional ideia de que somente crianças e adolescentes poderiam se desenvolver cognitivamente” (SCORALICK-LEMPKE, *et al.*, 2012, p.650).

Como coadjuvantes do funcionamento e fortalecimento cognitivo na velhice, destacam-se, entre outros, a motivação, a autoestima, a satisfação com a vida, a autoconfiança e a segurança de pertencimento a grupos familiares e sociais. Neste sentido, a educação ocupa papel fundamental para os aspectos cognitivos durante o processo de envelhecimento, favorece a formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e com maior inserção social, com consciência de seus valores, com potencialidade de articulação, de exigir mais respeito, dignidade, reivindicar os seus direitos e maior percepção de suas próprias competências. A OMS (2005) acrescenta que:

Apoio social, oportunidades de educação e aprendizagem permanente, paz e proteção contra a violência e maus-tratos são fatores essenciais do ambiente social que estimulam a saúde, participação e segurança, à medida que as pessoas envelhecem. Solidão, isolamento social,



analfabetismo e falta de educação, maus-tratos e exposição a situações de conflito aumentam muito os riscos de deficiências e morte precoce. (OMS, 2005, p.28).

Além de ser agente da ação que transforma, a educação é um direito elementar de todo ser humano, independente da idade. O idoso tem direito à educação, não somente como compensação, mas enquanto espaço de questionamento, decisões, capacitação e inclusão. Assim, as atividades educacionais eficazes que são direcionadas a este público, devem possibilitar o equilíbrio entre os declínios inerentes ao envelhecimento e os benefícios proporcionados por essas atividades.

Assim, a educação pode estimular o crescimento e a aquisição de novas competências, fomentando possíveis ganhos durante toda a vida. Além disso, ela representa uma via de remediação e retomada dos níveis de funcionamento anteriores, tendo três diferentes funções: 1) oferecer recursos àqueles que, por circunstâncias pessoais, não tiveram oportunidades educativas em etapas anteriores; 2) auxiliar os idosos quanto à prevenção e à solução de déficits associados a essa fase, na medida em que novos aprendizados propiciam significativos benefícios sobre o funcionamento cognitivo; 3) facilitar a retomada de papéis sociais, bem como potencializar as atividades e os relacionamentos interpessoais, evitando as perdas dos vínculos que parte da população idosa experimenta. (SCORALICK-LEMPKE, *et al.*, 2012, p.6510).

Para a UNESCO (2009, p.11) “a educação é um direito fundamental, uma chave que permite o acesso aos direitos humanos básicos, tais como saúde, habitação, trabalho e participação, entre outros”. No entanto, o nível educacional da parcela populacional referente aos idosos no Brasil é considerado muito baixo pelas estatísticas publicadas pelo IBGE (2011), segundo censo de 2010, é a maior taxa de analfabetismo, segundo os grupos de idade, apesar de ter havido redução entre os anos de 2000 e 2010, para justificar este fato, considera-se que a falta de oportunidade de acesso às instituições escolares nas décadas de 1930 a 1950, seja um dos fatores relevantes a essa realidade, como demonstrado a seguir:

No caso da população idosa, o indicador de alfabetização é considerado um termômetro das políticas educacionais brasileiras do passado. Nas décadas de 1930 até, pelo menos, os anos 1950, o ensino fundamental ainda era restrito a segmentos sociais específicos. Nessa



medida, o baixo saldo da escolaridade média dessa população é um reflexo desse acesso desigual. (IBGE, 2002, p.20).

Para a OMS (2005, p. 30) “os baixos níveis de instrução e o analfabetismo estão associados a maiores riscos de dependência e morte durante o processo de envelhecimento”. De acordo com a UNESCO (2009) uma oferta educativa ampla que inclua o ensino deve ao mesmo tempo reconhecer e validar as aprendizagens realizadas pelas pessoas, não somente na idade adulta, mas ao longo da vida, na família, na comunidade, no trabalho, pelos meios de comunicação de massa, na participação social, no exercício da própria cidadania.

Romper a marginalidade do analfabetismo na terceira idade pressupõe ações estratégicas de transformação e de produção de conhecimentos, dentro do contexto histórico, cultural e social. Para Tajra (2013, p. 11) “os analfabetos são aqueles que não sabem relacionar, criticar, interpretar e interagir com o seu meio”, Transpor barreiras impostas pelo analfabetismo carece ações estratégicas flexíveis, produtoras de conhecimentos e que abranjam as mudanças oriundas das transformações sociais e tecnológicas.

Na concepção de Paulo Freire, citado por Gadotti (2011, p. 13) a alfabetização vai além do domínio do código linguístico, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”.

Nessa perspectiva Bagno, *et al.* (2005) ressalta que:

Letrar não é simplesmente “ensinar a ler e a escrever”, mas criar condições para que o indivíduo ou o grupo possa exercer a leitura e a escrita de maneira a se inserir do modo mais pleno e participativo na sociedade tipicamente letrada que é a nossa, (...) uma vez que a inserção na sociedade letrada é requisito indispensável para a construção da cidadania e de uma sociedade democrática, além de constituir direito inalienável do cidadão. (BAGNO, *et al.*, 2005, p.69).

Na concepção de Soares (2002), indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita têm habilidades e atitudes necessárias para a participação ativa e competente de interação com os outros e com o mundo que os cerca, têm



atitudes e competências discursivas e cognitivas que lhes conferem estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada.

Inclusão: Social e Tecnológica

Contudo, novos paradigmas emergem na sociedade contemporânea, estamos vivendo um período revolucionário, de transformações sociais e de inovações tecnológicas, e, “é diante de todas essas mudanças, oriundas das transformações sociais e do avanço das tecnologias, que percebemos as mudanças que estão ocorrendo com o comportamento dos homens e das mulheres, os quais são ingredientes dessas mudanças.” (TAJRA, 2013, p.21).

Assim, vislumbrar novos caminhos que favoreçam a inclusão social de pessoas idosas, demanda, inclusive, possibilitar que o aluno/idoso desenvolva habilidades com as novas ferramentas tecnológicas disponíveis na atualidade. “Porque o uso das tecnologias, principalmente da informação e comunicação, é inerente à sociedade em que vivemos atualmente. Não estarmos incluídos nela é no mínimo um fator de exclusão digital e, se analisarmos mais amplamente, uma exclusão social.” (TAJRA, 2013, p. 37). Então, diferentes formas de construção do conhecimento, novas percepções e possibilidades pedagógicas se fazem necessárias diante da presença crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

Nessa perspectiva, articular, discutir e analisar a vinculação dessas diferentes realidades: a utilização de tecnologias digital e a alfabetização de pessoas idosas, visando ao mesmo tempo, possibilitar ou acelerar o processo de aprendizado e inclusão social, é um desafio, visto que, esta conjunção é uma possibilidade ainda bastante nova e pouco investigada, principalmente porque ainda é muito limitado o acesso aos recursos tecnológicos pelos idosos. Apesar das limitações, o idoso da atualidade busca a permanência da sua autonomia, é aberto a novos conhecimentos, é produtivo, ativo, e capaz de ocupar e ter seu espaço reconhecido pela sociedade.

As limitações diárias afrontadas pelos idosos, uma vez analfabetos e por conseguintes excluídos digitais, além das inerentes ao analfabetismo como ler e escrever se configuram ainda em atividades que envolvem tecnologias, tais como: uso de



aparelho telefônico celular, consultas a caixas eletrônicos de bancos, uso de computador e acesso a redes sociais, entre outras. “É que estamos vivendo, hoje, a introdução, na sociedade, de novas e incipientes modalidades de práticas sociais de leitura e de escrita, propiciadas pelas recentes tecnologias de comunicação eletrônica, o computador, a rede (a web), a Internet” (SOARES, 2002, p.146).

A inclusão das TIC's no processo de alfabetização de idosos visa conciliar enfoques pedagógicos e sociais, possibilitando além da “aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico (...) e o conseqüente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita” (SOARES, 2004, p.16), aprender a utilizar o computador e softwares, e relacionar à utilização da informática com suas atividades cotidianas, promovendo autonomia e participação ativa no contexto social contemporâneo. Na concepção de Tajra (2013):

O aprendizado, além de ser um processo em contínua mudança, é coletivo. Negar o contexto no qual se vive é se transformar numa “caixa-preta”; é não querer perceber o que está ao redor; é desprezar uma característica típica do ser humano: a capacidade de aprender. Aprender é mudar. Aprender significa romper constantemente para que possamos nos posicionar como seres autônomos e transformadores diante do ecossistema no qual estamos inseridos. (TAJRA, 2013, p.112).

A utilização da informática como recurso pedagógico, possibilita atividades interativas e motivadoras, podendo ser incorporados ao computador vários recursos tecnológicos, Tajra (2013) cita que ele funciona como um grande aglutinador das várias tecnologias existentes, nele é possível fazer pesquisas na internet, ouvir rádio, ver fotos e filmagens, ler jornais e revistas, conversar com pessoas distantes, etc.

A informática utilizada como ferramenta no processo de ensino aprendizagem no ambiente educacional, além de favorecer o desenvolvimento de comunicação e socialização, estimular à escrita e à leitura, a curiosidade, ao raciocínio lógico e a autonomia, apresenta frequentemente as seguintes situações positivas:

- Os alunos ganham autonomia nos trabalhos, podendo desenvolver boa parte das atividades sozinhos, de acordo com suas



características pessoais, atendendo de forma mais nítida ao aprendizado individualizado.

- Em função da gama de ferramentas disponíveis nos softwares, os alunos, além de ficarem mais motivados, também se tornam mais criativos.
- A curiosidade é outro elemento bastante aguçado com a informática, visto que é ilimitado o que se pode aprender e pesquisar com os softwares e “sites” da internet disponíveis.
- Os alunos se autoajudam. Os ambientes tornam-se mais dinâmicos e ativos. Os alunos que se sobressaem pelo uso da tecnologia costumam ajudar àqueles que estão com dificuldades.
- Os alunos com dificuldades de concentração tornam-se mais concentrados.
- Esses ambientes favorecem uma nova socialização que, às vezes, não conseguimos nos ambientes tradicionais.
- As aulas expositivas perdem espaços para os trabalhos corporativos e práticos.
- Estímulo a uma forma de comunicação voltada para a realidade atual de globalização.
- Além de a escola direcionar as fontes de pesquisas para os recursos já existentes, como livros, enciclopédias, revistas, jornais e vídeos, ela pode optar por mais uma fonte de aprendizagem: o computador.
- A informática contribui para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e de estrutura lógica do pensamento. (TAJRA, 2013, p.53- 54).

Neste sentido, diante desta nova realidade revolucionária de inovações tecnológicas, incumbe uma revisão nos conceitos, valores, hábitos e paradigmas referentes às práticas educacionais e de inclusão a fim de que não se alargue a estratificação social que vive o idoso analfabeto em nosso país. Partindo destes pressupostos, acreditamos que as novas tecnologias digitais podem se tornar ferramentas aliadas à educação na promoção de oportunidades nos mecanismos de alfabetização e de inclusão da pessoa idosa na sociedade atual.

Considerações finais

A alteração na configuração etária e a substantiva elevação da população idosa configuram a nova estrutura da população brasileira e mundial, diante desta realidade, se faz necessário à inclusão das pessoas envelhecidas como agentes atuantes do contexto social. Tal ação reflete a necessidade de mudanças nas demandas por políticas



educacionais específicas, e acarretam implicações e adaptações, para que essa população viva com melhor qualidade de vida. O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC, 2012), considera a alfabetização uma das prioridades no contexto atual, apesar de considerar que a alfabetização na idade certa ocorre até os oito anos de idade, fato evidenciado através do “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” que é um compromisso de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade. Entendemos que não há idade errada para se aprender, e a idade certa de ser alfabetizado é a que possibilita aprendizagens potencializadas pelas oportunidades oferecidas e pautadas ao contexto sociocultural, e quando tais aprendizagens, servem como ferramenta nos processos de transformações desse indivíduo, e o conduz às mudanças vinculadas aos domínios da vida social e cotidiana. Conferir prioridade à escolarização e alfabetização de pessoas idosas é uma postura plausível em um país com elevado analfabetismo e uma população pouco instruída, mas a hegemonia da concepção restrita de educação de pessoas idosas dificulta explorar este potencial formativo e inibe a adoção de políticas educacionais que articulem a formação para a cidadania e para inclusão no contexto atual da sociedade.

Conhecer os interesses da população idosa, assegurar seus direitos e viabilizar programas que sejam acessíveis e significativos é de imprescindível relevância. O envelhecimento populacional e a irrefutável contribuição de atividades educacionais para a manutenção de um envelhecimento saudável, nos aspectos físicos, psicológicos e sociais, se constituem em justificativas categóricas para que sejam promovidas iniciativas efetivas de educação e de alfabetização na velhice. Contudo, é entre a população idosa a maior taxa de analfabetismo, segundo os grupos de idade, mesmo sabendo-se que os baixos níveis de instrução e analfabetismo, estão associados a maiores riscos de dependência e de morte durante o processo de envelhecimento.

Vivemos numa sociedade imersa em inovações tecnológicas e constantes transformações sociais, o analfabetismo, ainda imperativo entre pessoas com idade acima de 60 anos, ocasiona não apenas limitações e exclusão social frente à hegemonia do letramento, mas também a exclusão do mundo digital e tecnológico.



A introdução da informática como recurso didático-pedagógico na alfabetização de idosos, pode se configurar, diante da atualidade, como uma ferramenta de estímulo, de motivação, de elevação da autoestima no processo de ensino aprendizagem, além de favorecedora no desenvolvimento cognitivo, na autonomia, na descoberta de capacidades e potencialidades e como promotora de interação e participação da pessoa idosa na sociedade atual, visto que as novas tecnologias despertam curiosidades atreladas ao interesse em conhecê-las e utilizá-las, apesar de ser um universo ainda cercado de mistérios e de limitações para o idoso analfabeto.

Nosso interesse neste trabalho foi provocar uma reflexão, no que diz respeito, às estratégias educacionais utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de idosos, ressaltando a necessidade de adequações frente à nova realidade social, sem, no entanto, potencializar as ações educativas como assistencialistas, mas, como direito constitutivo, direito à aquisição de novas competências e habilidades que favoreçam ao prolongamento da independência e da inclusão ou “não exclusão” do idoso do contexto social.

Referências

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da Educação Linguística no Brasil. In: Revista Brasileira de Linguística Aplicada. V. 5, n. 1, 2005.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: MEC, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação e aprendizagem para todos: um olhar dos cinco continentes. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2009.

GADOTTI, Moacir. Prefácio: Alfabetização e Letramento: Como negar nossa história. In: Alfabetização e Letramento: o que muda quando muda o nome. Org. ZACCUR, Edwiges. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2013.



Sinopse do censo demográfico 2010. 2011. Disponível em www.igbe.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf, acessado em 13/03/2013.

LIMA, Marcelo Alves. A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: A UNATI/UERJ. In: Velhice numa perspectiva saudável. Organização VERAS, Renato Peixoto. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2001.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Envelhecimento Ativo: uma política de saúde. Tradução CONTIJO, Suzana. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

SCORALIC-LEMPKE, Natália Nunes; BARBOSA, Altamir José Gonçalves. Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span. In: Estudos de Psicologia. Campinas, 2012.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: Revista Brasileira de Educação. N. 25, 2004.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 30/07/2014.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na Educação: Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor na Atualidade. 9ª ed. rev., atual e ampl., 4ª impressão. São Paulo: Érica, 2013.